

ACM condena exploração da crise

■ Senador acha leviano uso eleitoreiro do problema pela oposição

Ricardo Stuckert/Obritionews

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), gravou ontem participação no programa eleitoral do presidente-candidato Fernando Henrique Cardoso. ACM defendeu o Plano Real, chamou a oposição de retrógrada e homenageou o seu filho, deputado Luís Eduardo Magalhães, morto no último dia 21 de abril, dizendo que ele ajudou o Governo a aprovar as reformas no Congresso.

Ao sair o estúdio, ACM afirmou não acreditar que a oposição usará o problema das bolsas para atacar o Governo. Se o fizer, declarou, será "leviana", pois, segundo ele, estaria ignorando "as raízes da crise". O senador não considera necessário neste momento tomar medidas na área econômica. "O País está preparado e não vai tomar susto com a crise", disse. ACM está certo de que a crise na Rússia e na Venezuela não terá reflexos no governo Fernando Henrique. "Esse governo já tem um programa que está sendo

desenvolvido", defendeu. Para Antonio Carlos Magalhães, Fernando Henrique não hesitará em tomar medidas, ainda que impopulares, para preservar a moeda, mesmo estando em véspera das eleições. "Não há medida que não possa ser tomada para não prejudicar as eleições", declarou.

O senador disse que o presidente Fernando Henrique não tomará medidas desnecessárias porque não tem interesse em prejudicar a população. Questionado se acreditava que a crise nos mercados financeiros do mundo poderia se agravar, Antonio Carlos ironizou: "Não sou profeta pessimista". A participação de ACM no horário eleitoral gratuito deve ir ao ar hoje à tarde. Para os próximos programas serão convidados dois ministros do PSDB - José Serra, da Saúde, e Paulo Renato Souza, da Educação.

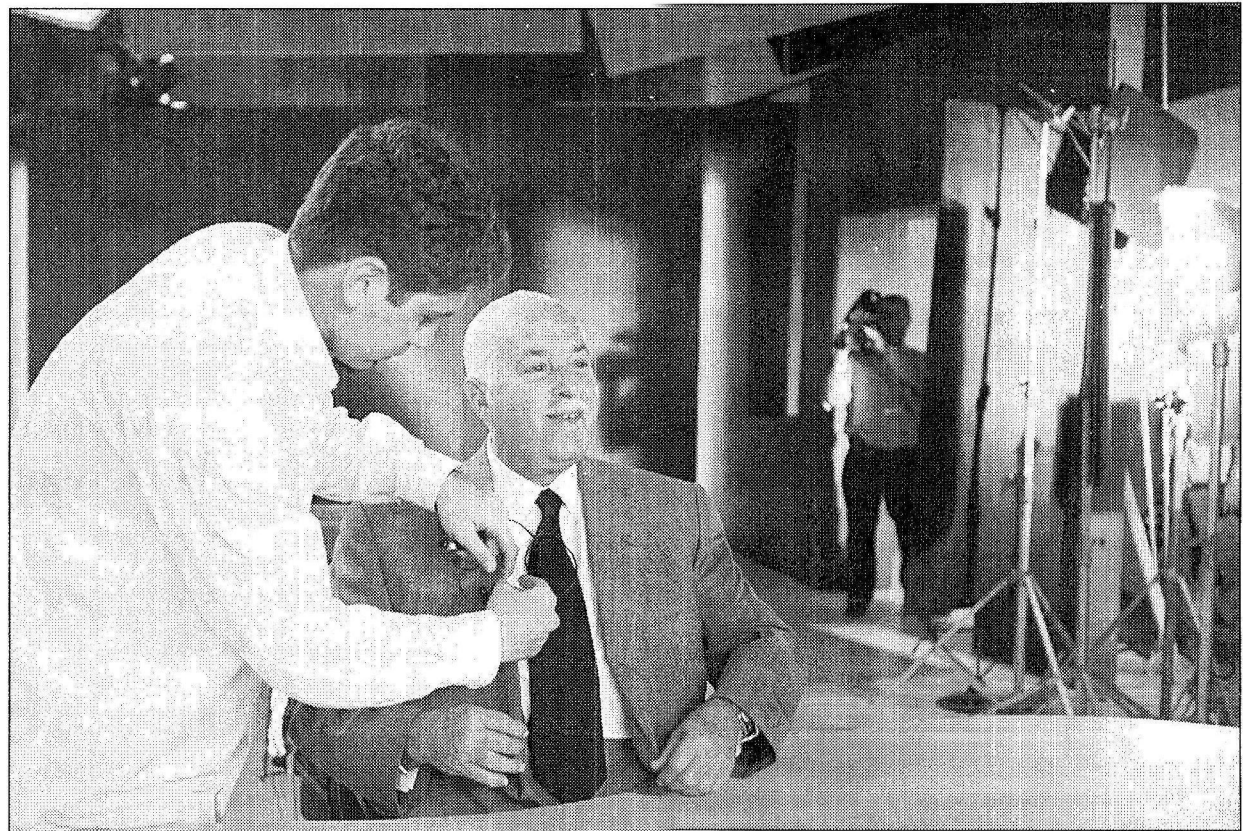
Reformas

Antonio Carlos, disse estar confiante que o Congresso reto-

mará as votações das reformas da Previdência e política em outubro ou, no máximo, em novembro, quando forem encerradas as votações nos estados. ACM espera ainda que o Orçamento da União, para o ano que vem, que será enviado ao Congresso no dia 31 de agosto, seja votado dentro do prazo estabelecido pela Constituição, até o dia 15 de dezembro.

"Acho que o Congresso terá o patriotismo necessário para aprovar o Orçamento no prazo estipulado pela Constituição", recomendou ACM, que admite, no entanto, que enfrentará problemas para votar no prazo que deseja. Para ele, o ideal seria que o Orçamento fosse aprovado com o mínimo de alterações possíveis, para que não houvesse atrasos.

ACM responsabilizou os parlamentares da base aliada pelo atraso na votação das reformas. "A oposição, que vê o Brasil para trás, é natural que vote contra e até prejudique as reformas, mas o que não pode é a base do Governo votar contra", atacou.



ACM se prepara para gravar sua participação no programa eleitoral do Presidente